

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

1 Contexto operacional

A *Unimed Anhanguera* Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), sediada em Araras SP, contava com 229 e 208 cooperados no fim de 2025 e de 2024, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de beneficiários originários dos contratos firmados pela Cooperativa na condição de mandatária de seus associados, para a sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com duas unidades hospitalares localizados em Araras SP e Leme SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS sob o nº 348082.

As operadoras de planos de saúde estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela ANS: RN nº 569/2022, RN 521/2022, RN 574/2023 e alterações vigentes:

A. Patrimônio líquido ajustado - PLA

Patrimônio Líquido, apurado nas demonstrações financeiras da operadora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela RN 569/2022, a saber:

- I - dedução das participações diretas ou indiretas em outras operadoras de planos de assistência à saúde e em entidades financeiras, de seguros, resseguros e de previdência privada aberta ou fechada sujeitas à supervisão de outros órgãos federais de supervisão econômica setorial;
- II - dedução dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social;

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

III -dedução das despesas diferidas;

IV -dedução das despesas antecipadas;

V -dedução do ativo não circulante intangível; e

VI -dedução do valor de *goodwill* das participações diretas ou indiretas não contempladas no inciso I do artigo 7º. A Cooperativa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

A Cooperativa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

Em 31 de dezembro de 2025 o PLA da Cooperativa era de R\$ 60.638.590 (R\$ 52.658.407 em 2024).

B. Capital base - CB

O CB deve ser calculado a partir da multiplicação do fator 'K' pelo capital de referência que é atualizado anualmente, tendo como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 31 de dezembro de 2025 o capital de referência divulgado pela ANS foi de R\$ 12.328.082 (R\$ 11.701.894 em 2024).

O fator "K" vigente em dezembro de 2025 corresponde a 4,76 %, de modo que o Capital base da Cooperativa é de R\$ 586.817 (R\$ 557.010 em 2024).

C. Capital baseado em risco

A RN nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da operadora é R\$ 34.589.064.

D. Capital regulatório

O capital regulatório a ser observado pelas operadoras será o maior entre os seguintes valores:

I - Capital base; ou

II - Capital baseado em riscos.

O capital regulatório da Cooperativa é suficiente em R\$ 26.049.526 conforme demonstrado a seguir:

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>Valores</u>
Necessidade de capital regulatório	34.589.064
Patrimônio líquido ajustado	60.638.590
Suficiência	<u>26.049.526</u>

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pelos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. As demonstrações contábeis estão sendo, também, apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio de Resolução Normativa RN nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, referidas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 6 de fevereiro de 2026, diante disso, não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a aprovação das demonstrações financeiras que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2025 são:

- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionado e não relacionado com o plano de saúde da operadora e dos títulos a receber – notas explicativas 6 e 7;
- (ii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota explicativa 12;
- (iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível – nota explicativa 13;
- (iv) Provisão para remissão, eventos ocorridos e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS – nota explicativa 14; e
- (v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 19.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4 Principais práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN/ANS nº 521/2022. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível; aplicações financeiras; créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com planos de saúde da operadora; e bens e títulos a receber.

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros, inicialmente, na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis; débitos de operações de assistência à saúde; e débitos diversos.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por meio de Resolução Normativa da ANS, conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 528/2022, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- I. Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do “custo médio ponderado”.

O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de serviços próprios: Hospital.

4.6 Investimentos

Representados, basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de instalações hospitalares e administrativas, máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos
Outras imobilizações	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis – software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e, quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil, é registrada a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 569/2022 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 574/2023 e RN nº 528/2022 e suas alterações vigentes.

(i) Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas – PPCNG

É constituída conforme prevista na RN/ANS nº 528/2022 e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por resolução normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(iii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe, também, que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN/ANS nº 574/2023.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

(v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), realizados pelos beneficiários da operadora, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

(vi) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Refere-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidas pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advindas de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde a beneficiários do próprio plano de saúde.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, eles estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.13 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido, conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.14 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando, provavelmente, sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.17 Ingresso operacional

4.17.1 Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre no recebimento das respectivas contas e por meio da constituição de provisão como referido na nota 14.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.17.2 Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado por meio do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Calculados com base no lucro real tributável, conforme determinações da Secretaria da Receita Federal: as operações consideradas não cooperadas; e as alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre a reserva de reavaliação. Sua realização ocorre pela baixa e depreciação dos bens reavaliados.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2025	2024
Garantidoras de provisões técnicas		
XP ANS Tesouro Soberano FIRF/Fim CP	6.207.005	7.422.581
Santander FI ANS II Renda Fixa Créd. Priv.	3.433.513	6.091.145
	9.640.518	13.513.726
Livres		
CDB DI RF	12.704.906	3.365.567
CDI Flex	20.127.638	17.640.959
Cota de Fundos de Investimentos	4.847.212	4.298.978
Títulos de renda fixa - públicos	2.461.466	2.380.706
	40.141.222	27.686.210
	49.781.740	41.199.936

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas, substancialmente, por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 521 de 29 de abril de 2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2025	2024
Contraprestações pecuniárias	2.925.264	2.236.054
Taxa Adm. Plano Assist. Med Hosp. a Emitir	85.937	89.982
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(925.023)	(481.845)
	2.086.178	1.844.191
Coparticipação de beneficiários a receber	2.073.168	781.306
Partic. beneficiário evento/sinistros indenizados	926.680	1.514.788
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(169.687)	(107.044)
	2.830.161	2.189.050
Operadoras de planos de assistência à saúde	5.961.228	3.552.809
Outros créditos de oper.de assist. Med-hop	1.379.255	964.066
	12.256.822	8.550.116

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

(i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhados no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Cientes a efetivar (i)	2.507.437	357.578
Medicina ocupacional	62.663	56.566
Procedimentos médicos não cobertos a receber	1.491.502	3.850.869
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(1.330.863)	(1.740.177)
	2.730.739	2.524.836
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (ii)	1.386.234	1.347.581
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(46.301)	(81.967)
	1.339.933	1.265.614
	4.070.672	3.790.450

(i) Refere-se ao valor a faturar para outras Unimeds (intercâmbio) em Custo Operacional (CO) cujo serviço foi prestado pela rede própria da Unimed Anhanguera e não por seus credenciados. Esse faturamento será efetivado no mês subsequente ao mês da competência e foi registrado antecipadamente nas demonstrações financeiras pela competência do custo relativo a ele.

(ii) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

(iii) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

8 Créditos tributários e previdenciários

	2025	2024
IRRF	1.077.145	816.963
CSLL retido de faturas	67.552	56.205
PIS retido s/ faturas	317.768	271.865
COFINS retido s/ faturas	1.247.197	1.035.263
Pagamento Indevido ou Maior - PIS/COFINS	415.491	467.004
ISS	5.092	4.872
	3.130.245	2.652.172

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

9 Bens e títulos a receber

	2025	2024
Estoques (i)	9.255.989	9.512.838
Títulos a receber	1.326	1.593
Adiantamentos (ii)	6.625.649	4.332.963
	<u>15.882.964</u>	<u>13.847.394</u>

(i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização nos hospitais da Unimed Anhanguera e medicamentos quimioterápicos para uso em beneficiários/ pacientes amparados por decisão judicial.

(ii) Composto basicamente por adiantamento de produção a cooperados.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2025	2024
Tributários (ii)	388.591	388.591
Taxa de saúde suplementar (i)	208.949	58.949
Eventos e sinistros	4.293	4.293
I.S.C.M. Leme	7.468	7.468
Ressarcimento SUS	487.874	405.096
Ações Cíveis	930.516	563.861
Bancários	312.002	312.002
Ações Trabalhistas	187.884	181.966
	<u>2.527.577</u>	<u>1.922.226</u>

(i) Os valores foram depositados em juízo para fazer frente as notificações de cobrança da Taxa de Saúde Suplementar expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa mantém provisão para contingência conforme nota 19.

(ii) Existem demandas de natureza tributária, cível e trabalhista, conforme nota 19, para as quais foram efetuados depósitos judiciais recursais.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

11 Investimentos

	1º/1/2024	Adição	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Participação societárias - operadora de planos de assistência à saúde						
Federação das Unimed do Estado de São Paulo - FESP	3.323.467	1.173.232	4.496.699	507.624	-	5.004.323
Unimed Centro Paulista – Federação Intra - Federativa	805.573	350.000	1.155.573	238.526	-	1.394.099
Central Nacional Unimed	501.286	-	501.286	-	-	501.286
Fundo Coop Nominal para Recomposição do Patrimônio	-	270.900	270.900	-	(220)	270.680
Aporte de Capital Unimed Central Nacional (i)	-	134.758	134.758	1.482.344		1.617.102
Outros investimentos						
SisPrime do Brasil	-	-	-	21.073	-	21.073
Unicred Araras	104.053	10.185	114.238	-	-	114.238
Sicoob Credi fácil	16.702	2.485	19.187	312		19.499
Sicoob Unicentro Brasileira Sede	512.672	35.766	548.438	720		549.158
Unicred do Est SP	9.370	2.497	11.867	-	-	11.867
Sicoob Unicentro Brasileira HUA	9.330	1.382	10.712	720	-	11.432
Sicoob Unimais Mantiqueira	13.957	2.294	16.251	-	-	16.251
Sicoob Unicentro Brasileira HUL	1.154	822	1.976	720	-	2.696
Sicoob Mantiqueira HUL 158429	3.950	1.722	5.672	900	-	6.572
Debêntures	53.500	-	53.500	-	-	53.500
	5.355.014	1.986.043	7.341.057	2.252.939	(220)	9.593.776

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

(i) Em novembro 2025 realizamos o pagamento da última parcela de R\$ 134.758,47, do aporte total de R\$ 1.617.101,61, conforme Ofício CA UN. 392/2024 da Unimed Nacional. “nos termos do que foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada pela Unimed Nacional, no dia 27 de novembro de 2024, referente ao processo de capitalização equivalente a 10% (dez por cento) linear dos ativos garantidores (ativos garantidores financeiros e imóveis assistenciais) necessários para cobrir o total de provisões técnicas a serem lastreadas pelas Associadas, quando aplicáveis, excluindo do referido cálculo para o aumento do capital social, os ativos livres e os ativos garantidores excedentes ao valor total das provisões técnicas a serem lastreadas”.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

12 Imobilizado

	1º/1/2024	Aquisição/ Depreciação	Transferências	31/12/2024	Aquisição/ Depreciação	31/12/2025
Custo + reavaliação						
Terrenos	1.172.472	450.000	-	1.622.472	-	1.622.472
Edificações	40.958.750	646.370	2.919.379	44.524.499	1.921.196	46.445.695
Instalações	3.201.426	1.111.152	-	4.312.578	385.049	4.697.627
Máquinas e equipamentos	23.661.304	2.421.890	-	26.083.194	1.304.109	27.387.303
Computadores e periféricos	5.583.884	592.009	-	6.175.893	810.689	6.986.582
Móveis e utensílios	3.574.627	584.821	-	4.159.448	229.971	4.389.419
Veículos	603.612	-	-	603.612	-	603.612
Imobilizações em curso	2.978.344	59.078	(2.919.379)	118.043	2.830.765	2.948.808
Outras imobilizações	372.951	-	-	372.951	188.969	561.920
	82.107.370	5.865.320	-	87.972.690	7.670.748	95.643.438
Depreciação acumulada						
Edificações	(10.913.593)	(1.137.212)	-	(12.050.805)	(1.208.352)	(13.259.157)
Instalações	(2.206.244)	(207.671)	-	(2.413.915)	(265.454)	(2.679.369)
Máquinas e equipamentos	(13.443.289)	(1.679.942)	-	(15.123.231)	(1.716.188)	(16.839.419)
Computadores e periféricos	(4.562.484)	(400.538)	-	(4.963.022)	(476.257)	(5.439.279)
Móveis e utensílios	(2.459.533)	(210.797)	-	(2.670.330)	(235.270)	(2.905.600)
Veículos	(343.028)	(52.977)	-	(396.005)	(53.023)	(449.028)
Outras imobilizações	(371.600)	(70)	-	(371.670)	(13.590)	(385.260)
	(34.299.771)	(3.689.207)	-	(37.988.978)	(3.968.134)	(41.957.112)
	47.807.599	2.176.113	-	49.983.712	3.702.614	53.686.326

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, nos exercícios de 2025 e de 2024, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

13 Intangível

	1º/1/2024	Adição/ Amortização	31/12/2024	Adição/ Amortização	31/12/2025
Software e aplicativos	10.634.425	1.209.963	11.844.388	998.961	12.843.349
(-) Amortização acumulada	(7.477.252)	(1.335.538)	(8.812.790)	(1.137.564)	(9.950.354)
	3.157.173	(125.575)	3.031.598	(138.603)	2.892.995

14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões de contraprestações						
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG	3.570.626	-	3.570.626	3.275.817	-	3.275.817
Provisão para remissão	1.347.410	1.845.801	3.193.211	545.959	1.026.692	1.572.651
	4.918.036	1.845.801	6.763.837	3.821.776	1.026.692	4.848.468
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS						
Provisão eventos a liquidar para o SUS – GRU	61.997	-	61.997	70.418	-	70.418
Provisão eventos a liquidar SUS – parcelamento	380.061	1.334.711	1.714.772	366.909	1.511.511	1.878.420
Provisão eventos a liquidar para o SUS – ABI	222.675	-	222.675	151.262	-	151.262
	664.733	1.334.711	1.999.444	588.589	1.511.511	2.100.100
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar						
Cooperados	3.746.402	-	3.746.402	3.159.723	-	3.159.723
Serviços credenciados	4.697.505	-	4.697.505	3.927.279	-	3.927.279
Intercambio Eventual - Rn 322	629.866	-	629.866	1.330.184	-	1.330.184
Unimed Diversas - Interc. Habitual	991.231	-	991.231	146.092	-	146.092
	10.065.004	-	10.065.004	8.563.278	-	8.563.278
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA						
PEONA outros prestadores	2.453.441	-	2.453.441	2.971.269	-	2.971.269
PEONA SUS	340.195	-	340.195	187.806	-	187.806
	2.793.636	-	2.793.636	3.159.075	-	3.159.075
	18.441.409	3.180.512	21.621.921	16.132.718	2.538.203	18.670.921

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por fundos e certificados de depósitos bancários, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

15 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora

	2025	2024
Médicos cooperados	1.423.123	1.219.517
Hospitais	4.030.009	1.436.271
Clínicas	63.872	117.169
Laboratórios	354.866	278.636
Radiologia	20.539	26.413
Outros prestadores a pagar	750.726	677.874
	6.643.135	3.755.880

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	1.433.018	-	1.433.018	1.295.521	-	1.295.521
FGTS	468.610	-	468.610	425.535	-	425.535
PIS/ COFINS a recolher	102.655	-	102.655	175.868	-	175.868
IRRF	4.621.366	-	4.621.366	2.848.797	-	2.848.797
PIS/COFINS/CSLL						
retidos	302.973	-	302.973	229.419	-	229.419
ISS	288.726	-	288.726	201.898	-	201.898
INSS retido	357.759	-	357.759	315.170	-	315.170
INSS – parcelamento (i)	173.918	535.322	709.240	159.987	653.282	813.269
Outros impostos	32.380	-	32.380	31.398	-	31.398
	7.781.405	535.322	8.316.727	5.683.593	653.282	6.336.875

(i) A Cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária relativo ao processo com o INSS. O parcelamento foi realizado considerando os benefícios da Lei e no prazo de 148 meses. Até dezembro de 2025 foram pagas 99 parcelas.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

17 Empréstimos e financiamentos

			2025			2024		
Modalidade	Taxas	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro (i)	137,99% do CDI	jun/32	1.370.000	7.877.500	9.247.500	1.370.001	9.247.500	10.617.501
Leasing (ii)	19,35% a.a.	jul/30	940.458	3.471.350	4.411.808	582.474	1.761.187	2.343.661
			2.310.458	11.348.850	13.659.308	1.952.475	11.008.687	12.961.162

As garantias são alienação fiduciária e aval dos diretores da Cooperativa.

(i) Composto substancialmente pelo capital de giro para aquisição do prédio do Hospital Leme. A garantia é hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros.

(ii) Captação de recursos para aquisição de bens.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

18 Débitos diversos

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações com pessoal	6.455.940	-	6.455.940	4.640.780	-	4.640.780
Fornecedores (i)	9.333.098	15.990	9.349.088	9.253.194	31.980	9.285.174
Depósitos de beneficiários	713.098	-	713.098	523.414	-	523.414
Outros débitos a pagar (ii)	474.919	232.456	707.375	583.555	481.396	1.064.951
	16.977.055	248.446	17.225.501	15.000.943	513.376	15.514.319

(i) Composto substancialmente por valores a pagar a fornecedores de bens e serviços. Não há saldos vencidos.

(ii) Composto substancialmente por acordos judiciais.

19 Provisões para ações judiciais

Encontram-se em questionamento as ações na área cível, trabalhista e tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Tributárias (i)	9.619.643	9.128.369
Cíveis (ii)	3.008.548	1.304.542
Taxa de saúde suplementar	87.678	87.678
Trabalhistas (ii)	1.273.953	1.273.953
	13.989.822	11.794.542

(i) **Tributárias:** representado por provisões constituídas conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas a impostos e contribuições federais incidentes sobre as operações da Cooperativa, a saber, PIS e COFINS, cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente pelos assessores jurídicos. Ainda, os valores correspondem a períodos não lançados e não prescritos atualizados pelos encargos referentes a multas e juros e provisão para contingência de Pis folha.

(ii) **Cíveis e trabalhistas:** constituídas para fazer face a eventuais perdas em ações que estão sendo discutidas judicialmente. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor.

As provisões para contingências constituídas estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, conforme nota explicativa 10.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute em 31 de dezembro de 2025, ações cíveis, trabalhistas e ANS no montante de R\$ 14.801.322 (R\$ 13.374.825 em 2024), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para as ações é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa em 31 de dezembro de 2025 é de 229 (208 em 2024). De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b. Reservas legais e estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% das sobras de atos cooperados e 100% do lucro em operações com não cooperados são destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, cuja finalidade é a prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c. Reserva para riscos

A Reserva para riscos regulatórios, sinistralidade e intercâmbio foi constituída de acordo com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, destinada a cobertura de riscos, sinistralidade e despesas de intercâmbio.

d. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Por decisão do Conselho de Administração e “*Ad-referendum* da AGO”, o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação da legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço. As sobras a disposição da AGO apuradas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguinte:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	17.682.536	7.623.592
Realização da reserva de reavaliação	37.762	36.231
Utilização da reserva para contingências	-	3.587.758
Utilização da RATES	893.398	909.249
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal 10%	(1.768.254)	(762.359)
RATES 5%	(884.127)	(381.180)
Sobra à disposição da AGO	15.961.315	11.013.291

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

22 Despesas administrativas

	2025	2024
Pessoal e Diretoria	(19.282.412)	(16.291.223)
Serviços de terceiros	(3.263.239)	(2.735.168)
Localização e funcionamento	(6.384.607)	(4.285.548)
Publicidade e propaganda	(627.118)	(560.866)
Tributos	(79.224)	(102.001)
Diversas (i)	(3.950.694)	(1.997.666)
	<u>(33.587.294)</u>	<u>(25.972.472)</u>

(i) Composto substancialmente por: contribuição a associações de classe, confraternização, viagens e estadias, seguro de vida e despesas judiciais.

23 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.689.434	3.492.803
Juros por recebimentos em atraso	612.942	524.746
Juros sobre capital próprio	249.933	267.294
Atualização monetária	266.305	281.717
Descontos obtidos	107.236	83.659
Outras receitas	126.355	109.884
	<u>8.052.205</u>	<u>4.760.103</u>
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(458.577)	(171.904)
Juros e multa	(2.819.010)	(1.917.267)
Títulos não recebidos	(292.398)	(463.483)
Despesas bancárias	(279.635)	(471.825)
Outras despesas	(516.509)	(254.169)
	<u>(4.366.129)</u>	<u>(3.278.648)</u>
	<u>3.686.076</u>	<u>1.481.455</u>

24 Imposto de renda e contribuição social – correntes

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes. Não é prática da administração a destinação do resultado de terceiros para RATES, quando positivo, conforme norma contábil aplicável.

Resultado tributável de atos não cooperativos	7.162.856	3.644.300
Imposto de renda - 15% + adicional de – 10% líquido de deduções	<u>(1.725.738)</u>	<u>(867.210)</u>
Contribuição social - 9% - líquido de deduções	<u>(644.657)</u>	<u>(327.987)</u>

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

25 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida uma reeleição, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 (um) ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

25.1 Fundo de Contingência Assistencial

No exercício de 2021 a Cooperativa passou a contribuir para o Fundo Contingência Assistencial para Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (Unimed FESP) – CNPJ nº 43.643.139/0001-66, criado exclusivamente para o pagamento do medicamento de alto custo Zolgensma.

As contribuições para o fundo durante os exercícios de 2025 e de 2024 estão assim demonstradas:

Período	2025		2024	
	Massa	Contribuição	Massa	Contribuição
Janeiro	41862	46.125	42.697	11.952
Fevereiro	41823	46.034	42.692	12.001
Março	42214	46.000	42.715	11.953
Abril	42319	45.989	43.021	11.945
Maio	42319	46.413	42.840	11.942
Junho	42329	46.527	42.914	12.038
Julho	42253	46.513	43.075	11.986
Agosto	42066	46.521	43.139	12.013
Setembro	42123	11.822	42.849	12.061
Outubro	41307	11.771	42.478	12.079
Novembro	41336	11.790	41.967	11.994
Dezembro	41542	11.556	41.869	47.020
Atualização		130.005		75.186
Baixa Utilização Fundo Acumulado		(131.877)		(150.364)
		415.189		103.803

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

26.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Aplicações financeiras, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde e empréstimos e financiamentos a pagar aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

26.2 Fatores de risco

A. Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Valor contábil	
	2025	2024
Disponível	1.441.089	393.551
Aplicações financeiras	49.781.740	41.199.936
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	12.256.822	8.550.116
Créditos de op. de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	4.070.672	3.790.450
Bens e títulos a receber (exceto estoque)	6.626.975	4.334.556
	74.177.298	58.268.609

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

B. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Cooperativa honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2025 e em 2024 a Cooperativa apresenta capital circulante líquido de R\$ 34.012.282 e de R\$ 27.564.696 respectivamente.

A Cooperativa, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

C. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos nos seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento).

D. Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional; e
- padrões éticos e comerciais.

E. Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

F. Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Cooperativa no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

G. Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

H. Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a Cooperativa particularmente vulnerável a litígios.

27 Reforma tributária do Consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária do Consumo, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, a qual prevê a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo por novos tributos, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, com implementação gradual a partir de 2026).

A Administração encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da referida reforma sobre as operações, os resultados, a posição financeira e os fluxos de caixa da Cooperativa, incluindo, entre outros aspectos, possíveis efeitos sobre julgamentos contábeis, estimativas, tributos diferidos, estrutura de preços e contratos com clientes e fornecedores.

Até a data de autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável os impactos quantitativos da Reforma Tributária, em função das incertezas relacionadas ao período de transição, à definição das alíquotas aplicáveis e à regulamentação infralegal ainda em desenvolvimento. A Administração continuará acompanhando a evolução da legislação e dos atos normativos complementares, revisando suas análises, estimativas e divulgações conforme aplicável.

Administração também avalia eventuais impactos da Reforma Tributária sobre a estrutura de precificação dos serviços prestados e sobre cláusulas contratuais relacionadas à incidência e ao repasse de tributos, considerando que os novos tributos não deverão ser calculados “por dentro”.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

28 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações financeiras em 6 de fevereiro de 2026, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

29 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Araras, 31 de dezembro de 2025.

Dr. Marcelo Torrente Silva
Presidente

Dr. Hélio Maurício Anselmo de Andrade
Diretor de Mercado e Finanças

Izabel Cristina Canassa
Contadora – CRC: 1SP296426/O-8